LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa – SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO VI DAS SANÇÕES

CAPÍTULO I DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- Art. 173. A infração desta Lei ou das demais normas aplicáveis, bem como a inobservância dos deveres decorrentes dos contratos de concessão ou dos atos de permissão, autorização de serviço ou autorização de uso de radiofreqüência, sujeitará os infratores às seguintes sanções, aplicáveis pela Agência, sem prejuízo das de natureza civil e penal:
 - I advertência:
 - II multa;
 - III suspensão temporária;
 - IV caducidade;
 - V declaração de inidoneidade.
- Art. 174. Toda acusação será circunstanciada, permanecendo em sigilo até sua completa apuração.
- Art. 175. Nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa.
- Parágrafo único. Apenas medidas cautelares urgentes poderão ser tomadas antes da defesa.
- Art. 176. Na aplicação de sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência específica.

	Paragrafo	unico.	Entende-se	por	reincidencia	especifica	a	repetição	de	falta	de
igual natureza após o recebimento de notificação anterior.											

.....